



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Av. Guilherme Schell, 6068 esq. Ernesto Wittrok.
CEP: 92.310.000 – CANOAS - Fone (51) 34767784/34763590.

Ata 02/24

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, em sua sede a Rua Ipiranga, 60 Centro de Canoas, às 18h45min, em segunda chamada se dá o início da reunião do CMS de Canoas. A pauta desta data contará com as seguintes matérias: Informações da Mesa, escolha de representante ao Conselho Curador da FMS de Canoas, apresentação do 3 RDQA 2023 e indicadores epidemiológicos e assuntos gerais. O presidente Mário faz a abertura da assembleia cumprimentando aos presentes e pede ao secretário da Mesa que leia a ata da reunião de 22.01.2024. O Secretário Eduardo informa que mandou a ata para o grupo e solicita que o Presidente coloque o ata em apreciação. O Presidente pergunta aos conselheiros se existe algum apontamento e diante do silêncio, coloca a ata em votação e esta é aprovada, por unanimidade. O Presidente inicia a pauta com a escolha de mais um representante do Conselho Municipal de Saúde, no Conselho Curador da Fundação Municipal de Saúde de Canoas. Explica o Presidente que hoje, os conselheiros Mário e Margareth representam e que o mandato é até maio do corrente ano. Diz que podem concorrer conselheiros municipais e suplentes. Se apresentam os conselheiros Nedi Henriques, Janete Flores, Ivo Nunes e Neidarlan Ribeiro. O Presidente questiona o conselheiro Eduardo sobre quem poderá votar. Este responde que a princípio somente conselheiros municipais, mas que a Plenária é soberana. Consultados os conselheiros municipais, estes decidiram que todos os presentes poderiam votar. O conselheiro local Flavino sugere voto secreto. O conselheiro Eduardo mostra-se contrário por considerar que o CMS deve ter transparência em seus atos, mas o Presidente decide pelo voto secreto. Providenciada urna e contagem de presentes. Vinte e nove presentes e a votação ficou definida assim: Janete Flores, sete votos, Nedi Henriques, quinze votos, Ivo Nunes, três votos, Neidarlan Ribeiro, três votos e um em branco. O Presidente Mário declara que a conselheira Nedi Henriques será a terceira representante da sociedade civil, no Conselho Curador da Fundação Municipal de Saúde de Canoas. Continuando a pauta, o Presidente Mário salienta que a apresentação do Relatório é composto de fatores financeiros e indicadores de saúde e para fazer a parte financeira, chama o contador da SMS, Sr. Clóvis, para fazer a apresentação do 3 RDQA 2023 e indicadores financeiros. Problemas técnicos impediram a apresentação via retroprojeto, então o conselheiro Eduardo envia os arquivos para os conselheiros, via grupos de WhatsApp. Inicia a apresentação. O Sr. Clovis informa que todos os recursos foram recebidos em dia, ou seja, dentro de suas competências mensais. Começa a nomear as receitas pelas do município, com Transferência de recurso livre para ASPS 20.809.079,39.cotas parte no valor de R\$48.693.817,19. Em impostos R\$ 23.643.208,98 IPTU R\$ 5.807.894,58 ITBI R\$ 2.341.143,50, ISS R\$ 7.577.607,04 IRRF R\$ R\$ 6.041.804,38 Multas e Juros R\$ 1.874.759,48 ITR R\$ 4.569,95 IPVA R\$ 2.227.971,02 ICMS R\$ 40.552.196,50 IPI Exportação R\$ 344.422,57 Taxas de inspeção, controle e fiscalização R\$ 129.065,35 Vigilância sanitária R\$ 79.540,78 Multas e juros R\$ 49.524,57. O total foi de R\$ 93.275.170,92. As Receitas recebidas do estado foram divididas em assistência farmacêutica R\$ 340.839,05 Farmácia básica R\$ 340.839,05 atenção básica R\$ 3.144.780,05 Incentivos para atenção primária em saúde (PIAPS) R\$ 1.285.414,35 Incentivo das equipes de saúde na atenção primária (ESF-EAP-ESB) R\$ 1.764.930,70 CEO (odontologia) R\$ 16.500,00 PIM R\$ 77.935,00, Média e alta complexidade R\$ 44.504.235,36, Programa Salvar (SAMU) e UPA R\$ 2.950.141,80 CAPS R\$ 607.221,90 Incentivo hospitalar (Programa Assistir) R\$ 40.946.871,66, que já apresentou redução significativa, Convênios, portarias e emendas R\$ 349.863,57 Construções ou ampliações R\$ 349.863,57, perfazendo um total de R\$ 48.339.718,03. Da União vieram os recursos de manutenção das ações e serviços R\$ 86.472.262,15, atenção primária R\$ 13.342.291,32, atenção especializada R\$ 63.133.292,06, vigilância em saúde R\$ 876.452,64, assistência farmacêutica R\$ 681.678,12, gestão do SUS 8.438.548,01 Fala que o item Gestão do SUS que se refere ao repasse do piso da enfermagem, que foi pago até dezembro. estruturação da rede de serviços R\$ 1.417.124,00, atenção primária

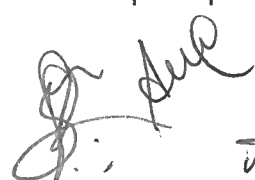
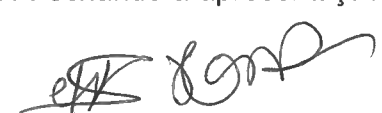
Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Multiple handwritten signatures at the bottom of the page.

R\$ 1.067.308,00, atenção especializada R\$ 349.816,00, tornando o sômatório em R\$ 87.889.386,15. O Total das receitas foi de R\$ 229.504.275,10, assim distribuídos, conforme a origem municipal R\$ 93.275.170,92, percentual de 40,64%, estadual R\$ 48.339.718,03, percentual de 21,06% e federal R\$ 87.889.386,15 38, percentual de 30% . Apresenta um comparativo entre os terceiros quadrimestres de 2022 e 2023, onde se constata um aumento de R\$ 23536892,03, em um percentual de 11,43%. Todos os entes contribuíram para o resultado. O município com 8,29, o estado com 1,63% e a união com 21,61%, a maior. Passa a tratar das despesas e também diferencia entre participação do município, estado e União, conforme o destino da despesas: Em Prestadores de serviços PJ, pelo município R\$ 32.343.961,88, estado R\$ 37.938.321,40, União R\$ 41.003.033,21, em um total de R\$ 111.285.316,49. Do valor apresentado o IAHCS, que administra o HPSC do município R\$ 9.111.453,96, estado R\$ 17.137.134,49 e União 7.571.420,62, em um total de R\$ 33.820.009,07. Para a FUNAM, que administrava o HU, o município R\$ 14.473.495,06, estado R\$ 19.563.361,48 e União R\$ 29.130.156,19, total de R\$ 63.167.012,73. Para o IB SAÚDE, administra alguns serviços e o demonstrativo apresentado se dividiu nas UPA's Rio Branco e Liberty Dick Conter. R\$ 4.061.849,61, R\$ 673.000,00 , do estado e R\$ 2.184.265,15, da União, num total de R\$ 6.919.114,76. Outro lote, o da UPA Guajuviras, o município pagou R\$ 2.850.110,90, o estado R\$ 486.000,00 e a União , R\$ 579.350,41, num total de R\$ 3.915.461,31 e um terceiro lote, o dos CAPS, o município contribuiu com R\$ 1.847.052,35, o estado R\$ 78.825,43, o União R\$ 1.537.840,84. Total R\$ 3.463.718,62. De Subvenções sociais, o município R\$ 3.145.586,51, do estado R\$ 4.332.717,57 e da União, R\$ 29.082.009,35. Total R\$ 36.560.313,43.. A ABC, que administra o HNSG, o município dedicou R\$ 3.145.586,51, o estado R\$ 4.332.717,57 e a União R\$ 29.082.009,35. Total R\$ 36.560.313,43. Outras organizações de Prestação de Serviços PJ, foram separadas e receberam um total de R\$ 59.277.198,59, sendo do município R\$ 40.361.290,61, DO ESTADO R\$ 2.805.841,81 e da União R\$ 16.110.066,17, divididos entre Fundação Municipal de Saúde, do município R\$ 34.998.902,48, do estado R\$ 1.908.775,00 e da União R\$ 4.338.517,87. Total R\$ 41.246.195,35. Da Telemedicina BRS-Healthcare R\$ 1.446.820,83, do município. Com recursos unicamente da União, Pró-Renal R\$ 1.714.899,54, ACADEF R\$ 1.467.626,82, ACADDEM R\$ 940.838,70. APL - apoio logístico, foram R\$ 1.258.309,06, do município e R\$ 2.037.995,34, do estado, com o total de R\$ 3.296.304,40, Do SAMU R\$ 391.443,28, do município, R\$ 866.861,75, do estado e R\$ 636.233,33, da União, num total de R\$ 1.894.538,36. Para os demais serviços de terceiros, menos significativos o total de R\$ 7.269.974,59, sendo, R\$ 2.265.814,96, do município, R\$ 30.205,06, do estado e R\$ 4.973.954,57, da União. Das Sentenças Judiciais, o total de R\$ 2.110.683,05, sendo R\$ 2.110.572,65, do município e R\$ 110,40, do estado. O conselheiro Eduardo reitera sua preocupação, reafirmada em cada prestação de contas, pois mesmo com responsabilidade do estado, este não participa dos custos. Os gastos em folha de pagamento RS 12.501.940,24 e R\$ 1.182.665,19, por conta do piso da enfermagem, formando um total de R\$ 13.684.605,43. Gastos do município, em serviços de tecnologia da informação e comunicação de PJ R\$ 866.930,40 e R\$ 4.029,24, em diárias. Em material de consumo, R\$ 311.919,24, do estado R\$ 141.423,15 e da União R\$ 321.850,87. Total R\$ 775.193,26 Em material de distribuição gratuita, do município R\$ 538.894,92, do estado, R\$ 493.304,56 e da União R\$ 194.985,40. Total de R\$ 1.227.184,88. Passagens e despesas com locomoção R\$ 6.400,00 e R\$ 11.700,00, da União. Total de R\$ 18.100,00. Em Auxílio alimentação R\$ 27.650,06 e outros auxílios financeiros a pessoas físicas R\$ 78.950,00, mais médicos, por parte da União, Em auxílio transporte R\$ 163.516,80, município e R\$ 12.901,22, da União. Total de R\$ 176.418,02. Despesa de exercícios anteriores R\$ 606.847,93, município e R\$ 28.398,61, da União. Total R\$ 635.246,54. Em obras e instalações R\$ 97.439,14, município e R\$ 329.044,66. Total R\$ 426.483,80 e em equipamentos e material permanente R\$ 103.791,95, município e R\$ 34.898,20, da União. Total R\$ 138.690,15. As despesas totais R\$ 227.292.993,34, sendo R\$ 93.163.121,51, do município, R\$ 45.711.608,49, do estado e da União R\$ 88.418.263,34. Os percentuais de comprometimento do total de R\$ 227.292.993,34, foi de 40,99%, município, estado 20,11% e Federal 38,90%. Comparativamente entre as despesas dos terceiros quadrimestres de 2022 e 2023, houve aumento da participação do município e União nas despesas, de 8,25% e 8,21%, respectivamente e diminuição de 5,43, do estado, diferença de R\$ 11.182.827,67. Fechando a apresentação, o Sr. Clovis informa que o percentual de aplicação



em ações e serviços públicos em saúde foi de 26,47%. Para apresentação dos indicadores de saúde, a Sra. Amanda. O CLS Flavino pergunta se serão todos os atendimentos englobados e a servidora Amanda responde que os indicadores que veio trazer tiveram resultados bons. Começa a apresentar pelo indicador de mortalidade infantil cujo índice contratualizado era de 9,45 por mil habitantes e no último quadrimestre foi de 4,29 por mil habitantes. Casos de sífilis congênita para menores de um ano, que foi 15 para mil habitantes, quando o contratualizado foi de cento e quarente e seis por mil habitantes. Item três, casos de tuberculose notificados, alcançamos 100% dos casos investigados. Contratualizado 90%. O Presidente Mário informa que desde a criação da Secretaria Especial de Gestão Hospitalar não fomos chamados para as reuniões dos comitês municipais de DST, de Tuberculose e de mortalidade. Índice quatro, razão de mortalidade materna, zeramos os casos, quando a razão seria de 65,7 por mil. Mortalidade por AIDS o índice Contratualizado era de 9,97 por cem mil habitantes e o apresentado foi de 4,31 por mil. O conselheiro Eduardo diz que o índice pode ser maculado, mas a servidora garantiu que o responsável pelo acompanhamento é criterioso e não permite o engano no item. Indicador seis, casos novos de AIDS em menores de cinco anos, o número de casos foi zero, quando seria aceito três casos. Indicador sete, mamografias de rastreamento de mulheres de cinquenta a oitenta e nove anos. normalmente é item muito discutido e não atingido. O índice pactuado é de 0,3 da população e no terceiro quadrimestre foi de 0,10. A conselheira Cristiane solicita a servidora que seja disponibilizado o número de mamografias ofertadas pelos Planos Operativos com o HNSG e HU e o executado no ano. Outra discussão é a idade entre cinquenta e sessenta e nove anos. A funcionária Paola da UBS Santo Operário afirma que nós utilizamos o parâmetro de quarenta a sessenta e nove anos. Oitavo Indicador, de cobertura vacinal da tríplice viral, não foi atingido, pois mesmo com o aumento no último quadrimestre, fechamos em 83,2%, quando o pactuado foi de 90%. Índice nove Índice de infestação predial pelo Aedes Aegypti, a servidora pede que fique para o final, pois estamos em Pandemia, pois estamos com o percentual de 1,3%, enquanto o sugerido deve ser menor de 1%. O indicador da proporção de gravidez na adolescência de dez a dezenove anos, causa preocupação, pois o pactuado era de 8,35, enquanto o índice atingido foi de 8,93. Indicador onze, ações de matriciamento sistemático realizado por CAPS, com equipes de AB, teve sucesso com 100% atingido. Pactuado era de 56,47%. Indicador doze, internações por transtornos mentais e comportamentais, o índice de 44,22 por cem mil habitantes, foi muito bom, devo a pactuação foi de 224,69 casos por cem mil habitantes. . Indicador treze, percentual de idosos com registro do procedimento, "avaliação multidimensional da pessoa idosa", o atingido foi de 10%, enquanto o combinado foi de 14%. Indicador catorze, prevalência de excesso de peso na pessoa adulta, gerou grande debate. O percentual requerido de 74,03%, foi ultrapassado, ficando em 79,11%. A questão de disponibilização de nutricionistas se mostrou insuficiente. A Sra. Amanda diz que o laboratório do Hospital Universitário está disponível. O conselheiro Eduardo fala que existe um erro de fluxo, pois para solicitar nutricionista é difícil. É preciso rever o fluxo para permitir ao paciente de "ponta", o acesso. Seria importante que se permitisse através da UBS. O CLS Flavino fala em mudança de foco, colocando a responsabilidade nos agentes comunitários de saúde. O CLS Flavio, da UBS Matias Velho, sugere a qualificação dos ACS, devido a sua importância. O conselheiro Eduardo faz uma junção das duas falas, incluindo as agentes de saúde. Como vetor de atenção aos cuidados com a saúde. O indicador quinze, cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do programa Bolsa Família, de 78,94%, não foi atingido, ficando em 73,55%. Indicador dezesseis, população abastecida por solução alternativa coletiva com tratamento, alcançando o índice de 75%. Indicador dezessete, notificações de agravos relacionados ao trabalho, cuja meta era de quarenta e dois, em dez mil habitantes, atingindo trezentos e vinte notificações a cada dez mil habitantes. O indicador dezoito, percentual de óbitos relacionados ao trabalho investigados foi de 100%. Indicador dezenove, percentual de coleta de amostras por RT-PCR em casos de hospitalização e óbitos por síndrome respiratória aguda foi 100% atingida. A Sra. Amanda passa a tratar de um tema que está trazendo preocupação crescente, a Dengue. Diz que existe um surto epidêmico, com maior incidência no Bairro Estância Velha e que há um óbito em investigação. Fala que o Boletim que fechará na terça-feira serão em torno de trezentos e vinte casos. Em dados divulgados, Novo Hamburgo tinha novecentos e noventa e dois casos, São Leopoldo, quatrocentos e dez casos e questiona que Porto Alegre

tenha, "somente sessenta casos". O conselheiro Neidarlan reclama porque o terreno vizinho ao seu e que é da Prefeitura tem mato e é criador de mosquitos. A Sra. Amanda responde que deve fazer denúncia e o conselheiro Neidarlan entrega ao Secretário de Saúde a denúncia com foto. A CLS Cristina, da UBS Praça América reclama da limpeza da cidade. A Sra. Amanda responde que não pode fazer nada quanto a isso, pois não podem adentrar nos pátios, sem autorização e o conselheiro Eduardo diz que poderão, desde que haja decreto de calamidade pública. O secretário de saúde Jurandir diz que esteve em reunião com a secretária estadual de saúde, Sra. Arita. Fala que em Canoas se proliferaram muitos condomínios fechados. Os agentes devem ter acesso. Diz que já formaram o Comitê de combate à Dengue. Nossa mídia está providenciando material de divulgação para as crianças. Continua opinando sobre a FMS, dizendo que algumas maneiras de atuação devem mudar. Em abril termina o contrato com ela e só vai assinar, se houverem alteração nos procedimentos. A ACS Carmelise dá exemplos de seus procedimentos, que vem de encontro ao pensamento do secretário Jurandir, que diz que irá visita-la e que é um exemplo de atuação dos ACS que quer. Diz que acabou com a telemedicina e que está aberto o chamamento para consultas especializadas. E o conselho Eduardo pergunta se está aberto ou a PGM está analisando. O secretário de saúde Jurandir responde que a PGM está analisando o edital de dez mil consultas especializadas. O conselheiro Eduardo pergunta se na próxima reunião poderemos ter novidades e este responde que estava preocupado com a disponibilidade de neurologistas e neurologistas pediátricos e lhe garantiram que tinham. O CLS Flavio da UBS Matias Velho reclama de alguns consertos que precisam ser feitos na unidade. Reclama da cadeira de dentista que precisa apenas de uma tampa de ralo. O Presidente Mário diz que estamos convocando a responsável pelos dentistas para dar explicações e está estará presente no dia 11/03/2024. O secretário Jurandir diz que irá na UBS no dia de amanhã, pessoalmente ou mandar /alguém, para resolver. Conta do processo de compras de novas cadeiras de dentista, que ficou dois anos indo e vindo, porque ninguém fornecia as especificações técnicas. Foi a Porto Alegre falar com o responsável pelo Hospital de Clinicas e este lhe deu a resposta e está comprando entre quarenta e cinquenta cadeiras odontológicas. Reclama o Sr. Flavio do telefone da unidade que está desde novembro do ano passado, sem funcionar. Dos oito aparelhos de ar condicionados, somente três funcionam. Em relação a reforma da unidade, não avançam, pois poucos funcionários estão trabalhando. O Secretário Jurandir diz que irá na UBS no dia de amanhã. Diz que falta carro para as visitas e o Presidente Mário pergunta a distância entre as visitas. A servidora Carmelise Barbieri diz que os médicos foram instruídas pelo preceptor, que é do Ministério da Saúde, a não fazerem visitas sem carro. O Presidente Mário fala que o secretário vai visitar a unidade para verificar os consertos a serem feitos. Em relação as visitas irá questionar a secretária adjunta, Aiko, sobre o que versa o contrato com o programa Mais Médicos. Reunião cansativa e longa termina às 21:47 horas, em que para constar eu, Eduardo Antonio Favero, Secretário, lavrei a presente ata, que vai por todos os interessados, assinada.

Jurandir

[Handwritten signatures and initials]